

Rocha, Helenice; Reznik, Luis e Magalhães, Marcelo de Souza (org.). *Livros didáticos de história: entre políticas e narrativas*. Rio de Janeiro, FGV, 2017.

*Erinaldo Cavalcanti*¹

O livro didático de história há muito tempo é objeto de diferentes análises e usos. Sejam profissionais da educação básica que têm o livro didático como a principal – ou única – “ferramenta” de trabalho, sejam professores/pesquisadores que têm o livro didático como objeto de análise, cuja bibliografia vem crescendo de forma significativa.

As pesquisas indicam que o livro didático de história cresceu e ganhou tamanha importância que se tornou o instrumento pelo qual uma parte significativa dos professores da educação básica elabora seu *modus operandis* da atividade docente em sala de aula. Por esse ângulo de percepção, o livro didático interfere na prática docente, e a direciona, no que diz respeito à definição dos conteúdos que são trabalhados, à escolha das atividades de aprendizagem e à seleção das atividades avaliativas.

É nesse movimento que se insere a obra publicada pela Editora da Fundação Getúlio Vargas (FGV) — *Livros didáticos de história: entre políticas e narrativas* (2017) — organizada pelos professores Helenice Rocha, Luis Reznik e Marcelo Magalhães; a obra em tela apresenta um conjunto de artigos de diferentes pesquisadores, tematizando o livro didático de história em diferentes perspectivas.

A obra encontra-se dividida em duas partes. A primeira é voltada a tematizar as políticas públicas destinadas ao livro didático de história, sendo composta por seis capítulos. A narrativa em diferentes livros didáticos pesquisados é a problemática central de análise dos sete capítulos que compõem a segunda parte.

¹ Doutor em História pela UFPE. Professor do mestrado interdisciplinar e da Faculdade de História (Unifesspa). Líder do grupo de pesquisa iTemnp. E-mail: ericontadordehistorias@gmail.com.

No texto de introdução, Helenice Rocha apresenta o livro didático de história, tematizando-o como uma construção complexa resultante de um conjunto de forças em permanentes tensões e diálogos. Sua construção é um desdobramento de muitas variáveis, resultantes de políticas públicas e de um conjunto de experiências marcadas no tempo, envolvendo aspectos da produção acadêmica e escolar, por ela denominados como “tradição.” Nessa dimensão, aquela autora destaca que esta ferramenta de trabalho é considerada como uma construtora em potencial de narrativas sobre as experiências passadas e presentes. De tal modo, ela se constitui um instrumento de disputa como espaço de representação do passado — disputas em que aparecem diferentes atores e percepções defendendo ou combatendo determinadas narrativas. Nesse sentido, os livros didáticos de história são instrumentos que concorrem como espaços de produção de narrativas que apresentam e representam as experiências humanas no tempo.

A professora Flávia Caimi se debruça na problematização do livro didático de história e em suas “imperfeições” nos desdobramentos dos últimos 20 anos do PNLD. Para tanto, ela ressalta os limites que os livros didáticos de história apresentam frente às demandas e aos desafios presentes em diferentes situações. Em diálogo com Mendonza, Piedrahita e Cortez (2009), a autora destaca que os livros didáticos de história apresentam imperfeições de ordem necessária, inerente e contingente.

Entre as transformações pelas quais passou o livro didático, resultantes do PNLD, Flávia Caimi ressalta o processo avaliativo alcançado nos últimos anos. Ela destaca o respeito à liberdade, à tolerância, às diversidades socioculturais, às singularidades regionais, à transparência do processo de produção, avaliação, aquisição e distribuição das obras aprovadas e o *status* alcançado pelo programa ao instituir-se em política de estado, e não de governo. Nesse aspecto, é oportuno destacar que o direcionamento e a execução dessas políticas, mesmo sendo de estado, obedecem às relações de força dos grupos que ocupam certas posições de poder.

A professora Margarida Maria Dias de Oliveira, apresenta suas experiências resultantes dos trabalhos desenvolvidos na gestão de políticas públicas para o livro didático durante os anos 2004 e 2015. A autora narra um conjunto de ações que resultaram em diversos documentos normativos pelos quais as políticas públicas iam, no intervalo de tempo mencionado, perfilando uma dada configuração para o livro didático. No que tange ao próprio PNLD, Oliveira ressalta algumas mudanças, destacando aquelas ocorridas no chamado Manual do Professor e alguns desafios, como, por exemplo, a seleção de conteúdos a ser realizada pelos autores e/ou as editoras.

Essas discussões também se desdobram e se ampliam no capítulo de autoria do professor Holien Gonçalves Bezerra. Ele recupera a trajetória das diferentes políticas de estado que plasmaram em diferentes momentos as condições de produção dos materiais didáticos. Nesse sentido, Bezerra se desloca no tempo até os anos 1938 para entender as primeiras ações do estado brasileiro no sentido de produzir materiais didáticos para a educação. Nesse percurso, o autor também apresenta os debates e embates ligados à criação do PNLD e à instituição da avaliação pedagógica dos livros — reflexões que são também resultantes de suas experiências como avaliador do programa. O professor concluiu o capítulo apresentando uma amostragem com o número de obras submetidas ao PNLD para as diferentes séries do ensino fundamental entre os anos de 1997 e 2004, e destaca o número de obras recebidas, recomendadas, recomendadas com ressalvas, não recomendadas e excluídas. Essas discussões também são ampliadas no capítulo de Marcelo Soares Pereira da Silva, ao apresentar e analisar as relações políticas que tencionaram a construção histórica dos diferentes pareceres e decretos normativos acerca do livro didático.

Celia Cristina de Figueiredo Cassiano problematiza o livro didático na relação entre política e economia de mercado. Nesse sentido, ela apresenta um cenário preocupante com a inserção de grandes empresas de capital estrangeiro, ligadas ao mercado editorial. Grupos como Santillana e Pearson vêm investindo capital e direcionando as condições de produção dos livros

didáticos na medida em que interferem em uma dada construção curricular a partir da definição dos conteúdos e das metodologias de trabalho. A autora ressalta que esses projetos comprometem a autonomia docente na medida em que o professor não tem poder de escolha do material que irá trabalhar e fica limitado a aplicar um roteiro de conteúdos e atividades predefinidas.

A Campanha do Livro Didático e Manuais de Ensino (Caldeme), criada em 1952 pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) foi o objeto de análise da professora Juliana Figueiras. Neste texto, a autora destaca que a Caldeme foi fundada com o objetivo de subsidiar os professores, oferecendo assistência técnica, principalmente através da produção de guias ou manuais escritos. Nesse sentido, ela demonstra a necessidade de se compreender as ações da Caldeme, como parte de um conjunto maior de projetos políticos-educacionais vividos à época, de maneira especial aqueles voltados às propostas de alteração curricular para a educação básica.

A problematização da narrativa nos livros didáticos de história é o fio condutor que costura as discussões na segunda parte da obra. Questão de importância ímpar, por colocar no centro da análise a forma como as diversas narrativas que compõem o livro didático de história representam, apresentam e significam as experiências dos homens no tempo.

Regina Bustamante abre as discussões abordando, em sete coleções de livros didáticos destinados ao sexto ano do ensino fundamental, as narrativas acerca do chamado atenocentrismo. Segundo suas análises, a predominância de Atenas sobre a Grécia Clássica ocorre em virtude também da abundância de fontes sobre aquela cidade e, simultaneamente, da escassez de documentos sobre outros espaços. Nesse sentido, ela defende que Atenas não pode ser o modelo de polis da Grécia Clássica, exatamente por sua excepcionalidade, mesmo que seja essa a representação constante nos livros analisados. A autora conclui o capítulo mostrando que no material analisado sobre a Grécia Clássica prevalece uma narrativa homogênea e

descritiva sem espaço para as contradições e as dúvidas que poderiam contribuir para a reflexão e investigação histórica.

Em seguida, o capítulo do professor Nilton Mullet Pereira, analisa as narrativas sobre a chamada Idade Média – ou o medievo – apresentadas nos livros didáticos de história aprovados no PNLD de 2011. Segundo o autor prevalece nos livros uma história distante, coesa e sem problematização, representada por meio de uma exposição descritiva, linear e factual. De acordo com suas análises, a chamada Idade Média ainda é apresentada nos livros analisados, em larga medida, por enunciados clichês e frases repetidas, quase sempre com a pretensão de representar a suposta totalidade das experiências. Narrativas que dão a ver uma história una e homogênea, resumindo toda pluralidade das experiências em três “blocos” também homogêneos, sendo eles os grupos formados pelos homens que trabalham, pelos que rezam e pelos que guerreiam. Nesse sentido, predomina uma narrativa que silencia mulheres, professores, crianças, hereges e tantos outros sujeitos que não necessariamente se encaixam no modelo padrão que emerge nas narrativas dos livros didáticos.

O capítulo seguinte é de autoria do professor Mauro Cezar Coelho no qual ele analisa a trama narrativa de seis obras didáticas sobre a colonização portuguesa na América. Conforme apontam as pesquisas por ele desenvolvidas, o tema da colonização é apresentado de forma linear e protagonizado apenas pelos atores europeus – sobretudo a coroa portuguesa – que ocupam o papel central no enredo dos livros didáticos. Segundo Coelho, essas narrativas ratificam a versão de uma memória oficial e consagrada.

As representações didáticas acerca da participação dos negros na abolição da escravidão no Brasil são analisadas no capítulo da professora Mônica Lima e Sousa. Mesmo em um cenário político pós Lei 10.639/03, as narrativas dos livros analisados diluem a presença negra, tornando-a e quase invisível no pós-abolição. Os textos didáticos contribuem, portanto, para associar – e limitar – as experiências dos povos negros à questão da escravidão. Segundo a autora, mesmo com os avanços dos trabalhos

acadêmicos, predomina nos livros didáticos uma história factual e linear que apresenta a participação dos negros de forma passiva e a partir da sucessão cronológica das leis do Ventre Livre, do Sexagenário e da Lei Aurea.

Marcelo Magalhaes e Rebeca Gontijo analisam a proclamação da república em três temporalidades distintas, a partir das narrativas didáticas produzidas nos tempos atuais, na década de 1940 e no período imediato à instauração da república. Nesse sentido, os autores demonstram como os textos representaram de formas distintas os acontecimentos, bem como algumas variações que sofreram ao longo do tempo. No período imediato à instauração da república, esta é apresentada como resultante de uma revolução democrática conduzida por Deodoro da Fonseca e Benjamin Constant. Na década de 1940, as explicações centram o foco da escrita em torno do "15 de novembro", com ênfase no caráter político do evento, destacando, ainda, a atuação de personagens políticos como sujeito individuais, antes que coletivos. As narrativas nos dias atuais deslocam o fio condutor para apresentar a república como resultante de um processo, representado, sobretudo, a partir da crise vivenciada no império. Nesse enredo, a república é filha da crise, que é apreendida em uma temporalidade mais ampliada para além do ano de 1989.

Helenice Rocha analisa em seu capítulo como a ditadura militar no Brasil é explicada nos livros didáticos de história. Segundo a autora, esse acontecimento da história recente do país é representado em uma sequência cronológica que se inicia na crise no governo João Goulart. Essa estrutura explicativa permanece ao apresentar o período ditatorial por meio da sequência dos ditadores que ocuparam a presidência da república. Segundo a autora predomina nos livros didáticos analisados explicações simplistas em que associam que forma mecânica os setores considerados "mais conservadores" ou de direita a grupos políticos e econômicos ligados aos militares. Em oposição, os segmentos sociais denominados de esquerdas aparecem como os grupos de vanguarda. A partir das reflexões apresentadas por Rocha compreende-se que os livros didáticos constroem explicações simplistas, generalizadoras e dualistas. Em suas páginas não há

espaço para o dissenso, nem para a pluralidade de concepções, cujas experiências não se limitam à dicotomia entre direita e esquerda e/ou conservadores e progressistas.

No último capítulo do livro aqui analisado, o professor Rui Aniceto Nascimento Fernandes apresenta suas reflexões acerca da obra *Os tempos de uma obra escolar: o estado do Rio de Janeiro de José Mattoso Maia Forte*. Em seu texto, Fernandes ressalta as condições históricas que tornaram possível a gestação da obra por ele pesquisada e destaca as mudanças políticas vivenciadas na década de 1920, entre elas a reforma curricular da Escola Normal e as diretrizes para o ensino primário, que foram responsáveis por gerar uma demanda por produção de material didático. O autor enfatiza, ainda, ser necessário analisar essas condições de possibilidade para se compreender o processo de gestação da obra que ele estuda e suas representações acerca da História narrada em suas páginas.

O livro didático de história é uma ferramenta polissêmica. Ele está sujeito a usos diversos; está submetido a críticas de variadas perspectivas. Nessa dimensão, devemos evitar compreendê-lo por lentes que o interpretem de maneira homogênea. As discussões presentes no livro aqui resenhado corrobora essa interpretação. As reflexões expostas pelos pesquisadores em cada capítulo reforçam o caleidoscópico de significados atribuídos ao livro didático de história. Os professores demonstraram distintos caminhos, diferentes problemas e resultados a que chegaram por meio das análises acerca daquele objeto estudado. Ou seja, o livro didático de história é compreendido, percebido e representado de diversas maneiras, a depender das lentes interpretativas dos atores que estão se apropriando, dos objetivos e das condições de usos em cada momento específico que configura o “tempo do uso” daquela ferramenta.

Nessa dimensão é oportuno ressaltar que as experiências temporais em que ocorrem os usos do livro didático são condições para se tecer qualquer análise acerca daquele instrumento de trabalho. Por esse ângulo de percepção é importante destacar o tempo da escrita da obra resenhada, porque a escrita, assim com a História, é filha do tempo. Sua gestação

ocorre, portanto, em um diálogo tenso com diversas forças que se digladiam e representam as condições políticas, sociais, culturais e históricas de sua criação. O livro aqui resenhado foi publicado em 2017, mas sua produção ocorreu em 2016. Momento em que as relações políticas no país ainda não tinham sido visceralmente alteradas pelo processo de impeachment que destituiu a presidenta Dilma Rousseff. As relações de poder tecidas no tempo a partir dessa experiência política passam a modificar e redirecionar diversas ações e projetos que sinalizam mudanças preocupantes no que tange às políticas de estado destinadas ao PNLD.

Conhecer as relações de poder tecidas no tempo acerca do livro didático de história significa ampliar as lentes interpretativas sobre nosso espaço de atuação profissional, sobre nosso campo de atividade como atores políticos. Nessa dimensão, o livro *Livros Didáticos de História: entre políticas e narrativas*, se constitui em uma importante obra que chega para ampliar as reflexões sobre a principal ferramenta de trabalho da maioria dos professores que atuam na educação básica e/ou dos professores que têm o livro didático como objeto de pesquisa. A obra também ganha relevância no atual cenário político em que um conjunto de ações no âmbito do Ministério da Educação vem sendo executado à revelia dos principais interessados no assunto, ou seja, dos professores. Ações que afetam o processo de construção, análise, aquisição e usos dos livros didáticos e que interferem diretamente no cotidiano dos docentes, sobretudo daqueles que atuam na educação básica. Uma obra que necessita circular amplamente, ser lida e debatida.

Recebido em 24 de abril de 2018
Aprovado em 14 de março de 2019